

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução/Redes Sociais



Prédio do Jockey, usado na quitação de dívida com a prefeitura

Prefeitura citou quitação de dívida com valor 14,3% menor

Ao anunciar, no dia 18, acordo para a quitação de débitos de ISS do Jockey Club Brasileiro, a Prefeitura do Rio anunciou que a dívida tributária da instituição era de “aproximadamente R\$ 280 milhões”.

O Termo de Autocomposição assinado entre as duas partes afirma, porém, no seu item 2.1, que o Jockey reconhecia possuir débitos com o município no valor total de R\$ 1.990.238.886,57. A dívida é referente ao não pagamento de ISS incidente sobre atividades de apostas.

Em troca da quitação a prefeitura recebeu um prédio que avaliou em R\$ 241,500 milhões. Os R\$ 43,155 milhões restantes serão pagos de diferentes maneiras (R\$ 14,523 milhões em 30 parcelas).

Motivos para abatimento

Revelado pela Coluna Magnavita, o acordo entre a Prefeitura e o Jockey cita fatores que permitiram a quitação da dívida em troca do equivalente a 14,3% de seu total. Entre os motivos está uma decisão, de 2021, do Supremo Tribunal Federal em ação movida pela prefeitura contra o Jockey. Segundo o texto assinado pelas partes, a corte determinou que o ISS não deveria ser cobrado pelo valor total das apostas, mas ter como base o serviço prestado.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Eduardo Paes assinou acordo com o clube

Correção exagerada

Outro ponto citado foi o suposto exagero nos juros e correção monetária aplicados aos débitos, que superariam “em muito” a taxa Selic.

Segundo o acordo, a “autoridade fazendária municipal” reconheceu que os valores cobrados “desbordam das decisões proferidas pelo STF”.

O texto também afirma que “os valores devidos pelo Jockey serão adequados segundo as margens de negociação” autorizadas por lei municipal de 2015 e regulamentada por decreto de 2010.

Ameaça

Apesar de citar a decisão do STF e a legislação municipal, o texto do acordo dá a entender que prefeitura fez uma concessão para preservar o clube.

Diz, nos considerandos, que o Jockey “não possui capacidade financeira de arcar com o pagamento dos valores cobrados relativos aos períodos passados”. Diz que a cobrança poderia interromper as atividades do clube.

Saideira

O acordo que equacionou a antes bilionária dívida do Jockey Club Brasileiro foi assinado no dia 18 de março, dois dias antes de o prefeito Eduardo Paes renunciar para disputar o governo do Estado. Então vice e atual prefeito, Eduardo Cavaliere também assinou o termo, já homologado pela Justiça.

Terceira via

Na bolsa de apostas da Assembleia Legislativa do Rio, a realização de eleições diretas para governador-tampão do Estado do Rio estava em alta na tarde de ontem. Mas, segundo o deputado Carlos Minc (PSB), o comentário é de que o STF tomará, hoje, uma decisão inusitada, não prevista na legislação.

Diretas lá

Não haveria uma eleição adicional, mas apenas a de outubro, que definirá o governador que, em tese, deveria assumir o mandato em janeiro. O escolhido pela população teria o início do mandato antecipado para o próprio mês de outubro, assim que fosse proclamado o resultado das urnas.

O escolhido

Daqui até lá, o estado continuaria a ser administrado pelo governador em exercício, o presidente do Tribunal de Justiça, Ricardo Couto. Esta é a solução preferida pelo pré-candidato Eduardo Paes (PSD), que teme a ascensão ao governo do deputado Douglas Ruas (PL), seu futuro adversário nas urnas — pelo menos, em outubro.

Mudança

O grupo político de Ruas, integrado também pelo ex-governador Cláudio Castro (PL), apostava que ele venceria com facilidade a eleição indireta, na Assembleia Legislativa. Mas, acionado pelo PSD, o STF definiu que a escolha se daria pelo voto secreto — isso favoreceria o petista André Ceciliano.

Votos que decidem

No dia seguinte à definição do voto secreto, Ruas fez um vídeo em defesa da eleição indireta para o mandato-tampão. Ou seja, os dois candidatos dizem apoiar diretas já; mas, no fundo, prefeririam uma solução política e jurídica mais favorável. No fim das contas, vai valer o voto dos ministros do STF.



Ibaneis faltou duas vezes a audiências na CPI

Ausência de Ibaneis em CPI amplia críticas

Ex-governador do DF não comparece após decisão do STF

Por Beatriz Matos

A ausência do ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, nesta terça-feira (7), intensificou críticas de senadores ao Supremo Tribunal Federal (STF) e elevou a tensão entre os poderes.

Convocado para depor sobre tratativas envolvendo o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master, Ibaneis não compareceu após decisão do ministro André Mendonça que o desobrigou de prestar depoimento.

A autorização, concedida em caráter liminar e baseada no direito de não autoincriminação, permitiu que o ex-governador faltasse sem sanções. Foi a segunda ausência consecutiva. Antes, o colegiado havia convertido um convite em convocação formal justamente após faltas anteriores.

Ibaneis foi chamado pela CPI para esclarecer sua atuação em negociações entre o BRB e o Banco Master, além de possíveis relações com pessoas e empresas investigadas no âmbito do caso. O banco foi liquidado pelo Banco Central após suspeitas de fraudes no sistema financeiro, e é um dos principais focos das apurações.

O relator da comissão, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), também aponta a necessidade de esclarecer decisões do governo do Distrito Federal

relacionadas à tentativa de aquisição do banco e a vínculos com operadores ligados ao esquema investigado.

A decisão do STF provocou reação imediata entre parlamentares. Integrantes da cúpula da CPI passaram a acusar o Supremo de esvaziar os trabalhos da comissão ao garantir a investigados o direito de não comparecer. Para o presidente do colegiado, senador Fabiano Contarato (PT-ES), decisões judiciais têm imposto limites relevantes à atuação do Congresso em investigações desse tipo.

Nos bastidores, senadores avaliam que o entendimento do STF pode abrir precedente e dificultar novas oitivas. Sem depoimentos considerados estratégicos, cresce o risco de a comissão encerrar os trabalhos sem conclusões consistentes.

A CPI investiga possíveis conexões entre instituições financeiras e o crime organizado, com foco em operações envolvendo o BRB e o Banco Master.

Apesar do impasse, outros depoimentos estão previstos. O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, confirmou presença na quinta-feira (8), como convidado, para prestar esclarecimentos sobre o caso.

Já o ex-presidente da autoridade monetária Roberto Campos Neto, convocado como testemunha, ainda não confirmou se comparecerá.